
REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM-27 (RRC-27), VITÓRIA DO XINGU/PA, POR FAMÍLIAS RIBEIRINHAS IMPACTADAS PELA UHE-BELO MONTE

REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM-27 (RRC-27), VITÓRIA DO XINGU/PA, BY RIVERSIDE FAMILIES IMPACTED BY UHE-BELO MONTE

REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO KM-27 (RRC-27), VITÓRIA DO XINGU/PA: POR FAMILIAS RIBEREÑAS AFECTADAS POR UHE-BELO MONTE

Nathany Melo Machado Arcanjo

Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia – LEDTAM / Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo / Universidade Federal do Pará – UFPA.
nathany.arcanjo@altamira.ufpa.br

José Antonio Herrera

Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia – LEDTAM / Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo / Universidade Federal do Pará – UFPA.
herrera@ufpa.br

Darlene Costa da Silva

Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia – LEDTAM / Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo / Universidade Federal do Pará – UFPA.
darlene-silva1@hotmail.com

Resumo

O Brasil tem seu crescimento econômico pautado na exploração dos recursos naturais, dispostos principalmente na região Amazônica, por meio das implantações de grandes projetos, os quais proporcionam transformações nas dinâmicas espaciais do sujeito local. A exemplo, tem-se a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) na Volta Grande do Xingu – PA, suas edificações geraram o deslocamento compulsório de diversas famílias que residiam nas áreas de influência do empreendimento, acarretando deformações nos modos de vida tradicionais dos sujeitos ribeirinhos, descaracterizando suas origens e, obrigatoriamente, transformando-os em indivíduos da cidade ou em agricultores familiares. Tendo em vista estas transformações dadas na região, objetivou-se em pesquisa compreender a produção do espaço do Reassentamento Rural Coletivo do km 27, localizado em Vitória do Xingu – PA (RRC-27), o qual surge com o intuito de fornecer condições equivalentes ou melhores àquelas que as famílias possuíam antes da implantação da Usina. Para o levantamento dos dados primários foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as famílias moradoras do Reassentamento nos anos de 2017, 2018 e 2019, permitindo a apreensão da realidade das famílias realocadas, além da inserção em campo, foram analisados os documentos oficiais referentes ao objeto de estudo. Constatou-se que as famílias deslocadas compulsoriamente buscam estabelecer novos modos de produção, novas estratégias e

novas dinâmicas espaciais no novo espaço, tentando se adequar ao que os agentes externos impõem como auxílio à reprodução de seus novos modos de vida.

Palavras-chave: Amazônia. Belo Monte. Deslocamento. Espaço agrário. Grandes Projetos.

Abstract

Brazil has its economic growth based on the exploitation of natural resources, disposed mainly in the Amazon region, through the implementation of large-scale projects, which provide transformations in the spatial dynamics of the local subject. For example, there is the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant (UHE-Belo Monte) in Volta Grande do Xingu - PA, because its buildings generated the compulsory displacement of several families living in the areas of influence of the enterprise, causing deformations in traditional ways of life of the riverine subjects, misrepresenting their origins and, obligatorily, transforming them into individuals of the city or family farmers. Given these transformations in the region, the objective of this research was to understand the production of the Reassentamento Rural Coletivo km -27, located in Vitória do Xingu - PA (RRC-27), which aims to provide equivalent or better conditions than those that the families had before the implementation of the plant. For the primary data survey, semi-structured interviews were conducted with the resettled families in 2017, 2018 and 2019, allowing the apprehension of the reality of the relocated families, and besides the field research, the official documents referring to the object of study. It has been found that compulsorily displaced families seek to establish new production modes, new strategies and new spatial dynamics in the new space, trying to adapt to what external agents impose as a reproduction aid for their new ways of life.

Keywords: Amazon. Belo Monte. Displacement. Agrarian Space. Large-scale Projects.

Resumen

Brasil tiene su crecimiento económico basado en la explotación de los recursos naturales, dispuestos principalmente en la región amazónica, a través de la implementación de proyectos a gran escala, que proporcionan transformaciones en la dinámica espacial del sujeto local. Por ejemplo, está la construcción de la Central Hidroeléctrica de Belo Monte (UHE-Belo Monte) en Volta Grande do Xingu - PA, porque sus edificios generaron el desplazamiento obligatorio de varias familias que viven en las áreas de influencia de la empresa, causando deformaciones en las formas tradicionales de vida de los sujetos ribereños, tergiversando sus orígenes y, obligatoriamente, transformándolos en individuos de la ciudad o agricultores familiares. Dadas estas transformaciones en la región, el objetivo de esta investigación fue comprender la producción del área de Reassentamento Rural Colectivo Km -27, ubicada en Vitória do Xingu - PA (RRC-27), que tiene como objetivo proporcionar condiciones equivalentes o mejores que las que tenían las familias antes de la implementación de la planta. Para la encuesta de datos primarios, se realizaron entrevistas semiestructuradas a

las familias reasentadas en 2017, 2018 y 2019, permitiendo la aprehensión de la realidad de las familias reubicadas, y además de la investigación de campo, los documentos oficiales referidos al objeto de estudio. Se ha comprobado que las familias desplazadas obligatoriamente buscan establecer nuevos modos de producción, nuevas estrategias y dinámicas espaciales en el nuevo espacio, tratando de adaptarse a lo que los agentes externos imponen como ayuda a la reproducción de sus nuevas formas de vida.

Palabras clave: Amazon. Belo Monte. Desplazamiento. Espacio Agrario. Proyectos a gran escala.

Introdução

A integração da Amazônia ao restante do país tem-se a interferência principalmente de políticas de “desenvolvimento” por meio da implantação de grandes projetos, como os ciclos da borracha (1850/1920 - 1945/1950), no qual “[...] em 1912, já são evidentes as medidas inclinadas ao planejamento regional com o objetivo de estimular a colonização da região amazônica e promover a defesa da economia da borracha” (MAGALHÃES, 2012, p. 10 apud FREITAS, 1991:41), bem como, na era varguista, na qual, a Amazônia era vista como uma estratégia econômica e “[...] a valorização do Brasil, interna e externamente, se daria com a exploração, por parte do governo brasileiro, das regiões que não se encontravam ‘congregadas’ à unidade nacional, isto é, regiões que precisavam ser conhecidas e exploradas economicamente” (FERREIRA 1999, p. 36).

A exploração mineral, a implantação de portos e a abertura de rodovias como: Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Transamazônica (BR-230), foram processos da formação territorial na Amazônia, que derivaram do amplo apoio do Estado, com políticas públicas que visavam a ocupação e o desenvolvimento econômico nacional.

Entre as décadas de 1930 (com o governo de Getúlio Vargas) até a década de 1970, o Estado apresentava-se como grande promotor e financiador da economia nacional. A partir da década de 1970 as intervenções do Estado passam a ocorrer no eixo dos financiamentos agrícolas e fomento tecnológicos, como mecanismos de articulação dos interesses agroindustriais (MARGARIT, 2017, p.29).

A Amazônia vivencia atualmente as incessantes investidas do agronegócio e sua produção destinada ao mercado externo, bem como as construções de barragens e usinas hidrelétricas como a Usina Binacional de Itaipú (na fronteira com o Paraguai, no Sul do

Brasil), Tucuruí e Balbina (ambas na Amazônia brasileira) (FONSECA, 2013 p. 9). Devido ao seu vasto potencial hídrico, que se apresenta através dos seus mais diversos rios, sendo assim, a Amazônia torna-se um atrativo para a edificação de hidrelétricas, as quais, “[...] são frequentemente promovidas pelas autoridades governamentais como uma fonte “limpa” de energia, em contraste com termoelétricas (FEARNSIDE, 2015, p.76 apud. SOUZA, 1996). No entanto, as implantações dessas grandes obras causam prejuízos ambientais e sociais.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM) materializada na Volta Grande do rio Xingu, na região Sudoeste do Estado Pará no ano de 2011. Interferiu diretamente nos modos tradicionais de vida dos sujeitos do local, modos tradicionais de vida esses que estavam relacionados diretamente com o rio Xingu, corroborando com Herrera e Santana (2016, p. 252) “[...] a implantação desse grande projeto contribuiu (provocou) a desapropriação e espoliação das famílias residentes na área de influência do empreendimento [...]”, gerando um deslocamento compulsório dessas famílias que foram obrigadas a se retirarem de seus antigos territórios.

Durante anos as famílias construíram e consolidaram seus modos de vida no entorno do rio, a relação direta dessas famílias com a natureza primária se materializava através das atividades que realizavam, desde o extrativismo, a caça até a pesca, mesmo que essas atividades fossem para consumo ou meio de ter uma renda familiar, era a partir da relação direta a floresta e com o rio Xingu que se davam as trocas das relações entre as famílias e o espaço geográfico, o qual as condicionavam em famílias ribeirinhas. Nestes termos concorda-se com as afirmativas de CANTO (2007):

... E aquele que vê na diversificação da produção, em que ocorre a combinação da agricultura, criação de gado, extrativismo, pesca e a cultura de alto consumo e alto – sobrevivência. Esta concepção pode ser utilizada para caracterizar o ribeirinho que mora isolado, isto é, distantes dos núcleos de povoamento e vilas nas margens dos rios, tanto nas várzeas como na terra - firme. Deste modo todo o varzeiro é. (CANTO, 2007, p. 18)

A construção da UHE Belo Monte, torna-se um projeto desenvolvimentista questionável, pois “das represas planejadas, as mais controversas são as projetadas no Rio Xingu, começando com a barragem de Belo Monte” (FEARNSIDE, 2015, p.14). No escopo deste artigo, aprofundam-se as discussões referentes a pesquisa iniciada no ano de 2017, sobre a produção do espaço agrário na Amazônia. Tendo como premissa de que as transformações ocorridas nas dinâmicas espaciais, produtivas e

principalmente nas relações cotidianas dos sujeitos do local, derivam “[...]da interferência do capital ao se apropriar das potencialidades, impondo-se em busca do lucro e da acumulação” (HERRERA, 2019, p. 475).

Metodologia

Para compreender à complexidade da realidade vivida cotidianamente, foram realizadas expedições de campo, aplicações de formulários e entrevistas semiestruturadas, fundamentais para a produção de dados e de análise das características principais dos reassentados. Bem como, para o levantamento de dados secundários, constituiu-se um repositório de documentos ligados ao objeto de estudo, sobretudo para auxiliar o aprofundamento nas interpretações, além disso, foram feitas revisões bibliográficas, que auxiliaram na construção do arcabouço teórico. Após coleta das informações, os dados qualitativos e quantitativos coletados foram sistematizados com o auxílio do software Excel em planilhas, que assim possibilitaram organizar as tabelas e os gráficos, bem como para a produção cartográfica, utilizando o software livre Quantum Gis (QGIS) para as confecções dos mapas dispostos no decorrer do trabalho.

As inserções na realidade, expedições de campo, ocorreram sistematicamente nos anos, 2017, 2018 e 2019, muito embora o marco temporal na análise do Reassentamento Rural Coletivo km 27 (RRC-27), seja o ano de 2015, dada a sua materialização no espaço geográfico. Mediante leituras e interpretações dos documentos oficiais obtidos pelo site da Norte Energia, que fazem referência a edificação do RRC em 2015. A partir de 2017, foram entrevistadas 16 das 28 famílias moradoras do RRC, em 2018, realizou-se entrevistas com 23 famílias, por fim, no ano de 2019, foram 27 entrevistas com as famílias moradoras do RRC-27 (Tabela 1).

A ausência de algumas entrevistas nesta pesquisa, justifica-se devido os moradores estarem ausentes durante o período das expedições de campo: por estarem trabalhando fora do RRC-27; por ter abandonado e/ou vendido os lotes. Todas as entrevistas realizadas tiveram sua relevância dentro deste trabalho. No entanto, o foco principal está nas entrevistas efetivadas com as famílias deslocadas compulsoriamente, ou seja, priorizando o fator permanência e adaptabilidade das famílias no novo espaço, buscando assim compreender a produção do espaço do Reassentamento Rural Coletivo

km 27, localizado no município de vitória do Xingu – PA, por reassentados compulsórios.

Tabela 1: Quantificação dos entrevistados

	2017	2018	2019
Reassentado	14	13	16
Não reassentados	2	10	11
Ausentes	12	5	1
Total de Entrevistados	16	23	27

Fonte: Coleta de campo/LEDTAM, 2019.
Org.: Nathany Melo Machado Arcanjo, 2019.

Vale ressaltar que esta pesquisa foi realizada a partir de coletas de dados entre setembro de 2017 e novembro de 2019, envolvendo discentes e profissionais da rede pública de ensino Superior da Universidade Federal do Pará. Deste modo, este estudo é parte do projeto “A saúde nos municípios impactados com a implantação da hidrelétrica de Belo Monte”, aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Pará, Parecer nº 3.646.948.

O espaço geográfico como subsídio de interpretação do RRC-27

A abordagem sobre espaço, tendo como princípio básico a afirmação trazida por Santos (2006, p.39), em compreender “[...] o espaço como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

De tal modo, tem-se que a história não se resolve na “consciência de si” (Marx e Engels 1998, p. 66), mas em cada fase da história em que se encontra de modo material, uma reunião de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza entre os indivíduos, sendo possível compreender a dinâmica espacial e a relação geográfica mais simples, “a relação homem/terra, cada vez menos determinada pelas características da área e pelo processo direto de produção, e cada vez mais um resultado do processo de organização da produção vista como um todo ” (SANTOS, 2006, p.97).

O espaço nesta pesquisa é compreendido “[...] como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho da

história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 2012, p. 153). Visto a partir das articulações do espaço, as quais são fatores sociais e modeladoras do mesmo.

Considera-se que o espaço é “[...] um fator de evolução social e não como uma simples condição (SANTOS, 2014, p. 11-12). Lembrando sempre que o espaço é uma intercessão da sociedade, que molda assim como é moldado, que “[...] se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestam-se através de processos e funções” (SANTOS, 2012, p. 153).

No caso do espaço amazônico, que sempre foi visto como espaço de reprodução e ampliação do capital, as relações de produção sempre impuseram taxas elevadas de desmatamento e o acirramento da desigualdade social.

A Amazônia sempre foi vista como espaço de expansão do capital, a exemplo disso, os acordos de exploração de seringa e abertura das rodovias, no entanto, o movimento capitalista mais recente apoiado na lógica de natureza mercadoria tem se apropriado dos espaços por meios de conglomerados econômicos nacionais e internacionais (HERRERA; MOREIRA; BEZERRA, 2016).

As principais atividades exploradoras dos recursos naturais, responsáveis pela transformação do espaço amazônico, surgem na conhecida e divulgada “colonização”, a saber foram elas: extração da borracha, extração de madeiras, pecuária, produção agrícola e extração minerais.

A produção e o escoamento outrora limitados, pelas dificuldades de transportes, foram incentivados partir da década de 1960, com a criação de rodovias que cortam o país de Norte a Sul. Essas atividades, fruto de planos desenvolvimentistas, sempre tiveram como finalidade abrir as fronteiras da Amazônia, permitindo a entrada do capitalismo externo, usando do discurso de solução para diferentes regiões do país, Herrera (2016, p. 140), aponta que:

No caso da Amazônia, há concordância de que resulta da expansão da fronteira como “colchão social”, amortecedor dos impactos e problemas sociais – que ocorriam nas demais regiões do país, com o processo de modernização do Sul e Sudeste, mas, sobretudo, em função da necessidade de conter a crise da população nordestina (durante as graves secas, muitos nordestinos migraram para a região norte), sendo estimulada a migração inter-regional.

As relações de exploração e o uso predatório dos recursos naturais na Amazônia, geram sérios impactos nas populações inferidas por Belo Monte, impactos estes causados pela necessidade incessante de crescimento, modernização e ampliação do capital, lapso de um país que beneficia uma minoria. Em consequência, os grandes projetos, desestruturaram o espaço amazônico, reorganizando a dinâmica, subsumindo sujeitos locais, distanciando-os dos seus modos tradicionais, neste sentido, há concordância com afirmação feita por Santos (2001, p.108), “assim, quanto mais “modernizados” e penetrados por essa lógica, mais os espaços respectivos se tornam alienados”.

Na Amazônia, a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHEBM), foi pautada e planejada pelo discurso governamental em que o Brasil necessitava investir na geração de energia limpa para conseguir crescer de forma “sustentável”.

Rocha (2014, p. 259 apud. Elias, 2006) afirma que “[...] a análise dos processos de instalação de usinas hidrelétricas de energia (UHE) merecem ser compreendidas segundo um processo social amplo”. Assim, observa-se que grandes projetos desconsideram os processos sociais ao negarem as dinâmicas dos sujeitos que pertencem ao local, desconsideram a organização anterior do território e a sua regulação interna com o meio, portanto, entende-se que há o desrespeito,

[...] as práticas culturais dos povos andinos-amazônicos os solos, a floresta, os rios, os lagos e as lagoas são condições de vida com as quais tiveram que se haver e com as quais desenvolveram fazeres/saberes enquanto condições materiais de reprodução/criação de sentidos para a vida (GONÇALVES, 2017, p. 16).

Nestes termos, pode-se aproximar da realidade vivida pelas famílias com a construção da UHE Belo Monte, da afirmação feita por Santos (2012), antes o território continha o dinheiro.

Hoje, sobe a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática do medo que é um dos produtos da globalização perversa dentro da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que nos convoca a apoiar aquilo que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais (SANTOS, et al., 2011 p. 19).

As inserções desses projetos no espaço agrário da Amazônia acarretam mutações abruptas na dinâmica espacial das famílias da volta grande do Xingu, dificultando por vezes a reprodução espacial, como por exemplo o rompimento da relação direta entre os

ribeirinhos com o rio Xingu. A generalização dos modos de vidas das famílias, como consequência da homogeneização do capital no território, devido a soberania do dinheiro, escamoteia-se a realidade e condiciona a vida humana a reprodução ampliada do capital. Por tanto, desconsiderando as particularidades e peculiaridades de cada atingido enquanto ser individual.

O Reassentamento Rural Coletivo Km 27 - Vitória Do Xingu/PA

O Reassentamento Rural Coletivo km 27 é um projeto organizado pela Norte Energia¹, edificado no ano de 2015, o qual tem, em sua gênese, a demanda ocasionada a partir da construção da UHE Belo monte, iniciada no mês de junho de 2011, logo após o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitir a Licença de Instalação nº 795/2011.²

A mobilização das famílias atingidas, auxiliadas pela Defensoria Pública do Estado, em conjunto com a ação do Ministério Público, viabilizou a criação do RRC-27, como ação do Projeto de aquisição de Terras Rurais, Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na área rural³ feito pela Norte Energia, como forma compensatória para as famílias diretamente atingidas por Belo Monte. Devido ao deslocamento compulsório das famílias da Volta Grande do Xingu – PA, “[...] decorreu da formação dos reservatórios e das respectivas Áreas de Preservação Permanente, junto as áreas de construção da barragem, da casa de força principal e de estruturas auxiliares da hidrelétrica” (CHAVES; MONZONI; ARTUSO, 2019, p.11).

As indenizações propostas para as famílias, inferidas pelo empreendimento se dispunham em: i) Carta de Crédito (CC); ii) Indenização em dinheiro; iii) Realocação podendo ser, Urbana, Reassentamento individual em áreas remanescentes (RAR) ou coletivo (RRC). No entanto, para os trabalhadores rurais, meeiros, parceiros, arrendatários, ocupantes e famílias agregadas, ou seja, para os não proprietários rurais residentes das áreas diretamente atingidas, foram ofertadas apenas indenizações

¹ Norte Energia é uma empresa responsável pela construção e operação da Usina hidrelétrica de Belo Monte <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/norte-energia>

² A história de belo monte – cronologia <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico>

³ Segundo o 13º relatório consolidado o Projeto de Indenização e Aquisição de Terras e Benfeitorias (4.1.2) tem como objetivos viabilizar o processo de indenização em áreas rurais interferidas pelo empreendimento.

equivalentes a Carta de crédito e Realocação assistida em Reassentamento Rural Coletivo (RRC) ou individual em área remanescente (RAR), conforme Quadro 1.

Quadro 1: Indenizações dispostas às famílias interferidas por Belo Monte.

Projeto de aquisição de Terras Rurais - Opções realizadas		
	Quantidade	%
Famílias interferidas	2.500	100%
RRC - Reassentamento Rural Coletivo	28	1,12%
RAR - Reassentamento em Áreas Remanescentes	40	1,6%
Relocação Urbana (*)	18	0,72%
CC -Carta de Crédito	445	17,80%
Indenização	1.969	78,78%
(*) 7 Aquisições urbanas, fora do RUC para moradores da Vila Santo Antônio: 5 reassentamentos urbanos coletivos para casos de vulnerabilidade social e 6 áreas institucionais.		

Fonte: NORTE ENERGIA. 11º Relatório consolidado de andamento do Plano Básico de Atendimento (PBA)
Org.: Nathany Melo Machado Arcanjo, 2019.

Desde o início as realocações para o RRC-27 tiveram baixa aceitação. De acordo com o Plano de Atendimento à População Atingida⁴ (2015, p. 4.1.3-1):

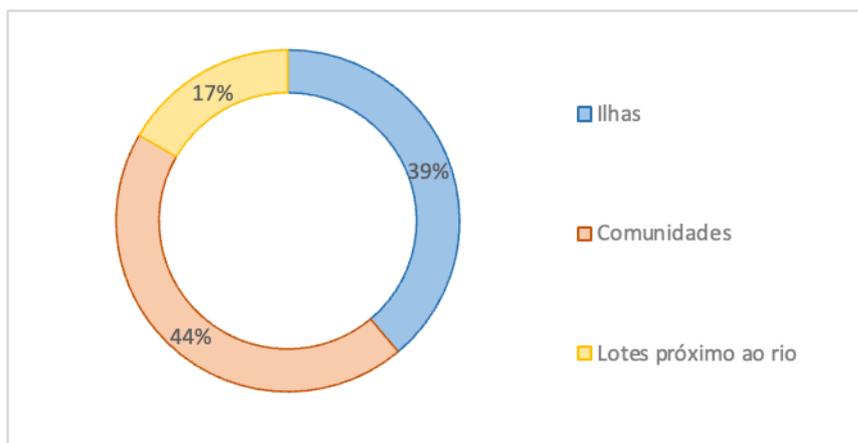
Cumpra aqui observar que a concessão da realocação assistida (Carta de Crédito) para famílias enquadradas na categoria “não proprietário rural residente” teve como objetivo atender a reivindicações deste grupo que alegou, entre outros motivos que a opção de assentamento rural é uma experiência mal sucedida como forma de ocupação coletiva no passado recente na região (devido à implantação da Rodovia Transamazônica e Projetos de Assentamentos do INCRA) e que os interferidos preferem optar por áreas com infraestrutura produtiva já implantada (pastagem ou cacau), evitando-se um período entre um e quatro anos em média, para a implantação e consolidação da infraestrutura produtiva no novo imóvel. Esta concessão foi acordada em reunião realizada em 02/09/2011 com a Comissão do Plano de Atendimento à População Atingida do Fórum de Acompanhamento Social de Belo Monte - FASBM.

Além disso, o fato do empreendedor em consentir a concessão de carta de crédito para este público que tinha acesso apenas ao RRC ou RAR, corroborou com a baixa aceitação da realocação assistida. Sendo assim o RRC-27 foi construído como

⁴ Defensoria Pública do Estado do Pará. Plano de Atendimento à População Atingida. 4.1.2 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural 4.1.3. Projeto de Reassentamento Rural. Disponível em: <<http://www2.defensoria.pa.def.br/portal/anexos/File/BeloMonte/PBA/Volume%20II%20-%20Item%2004/VOL%20II%20-%204%20-%20plano%20atend%20pop%20atingida.pdf>>

Unidade de produção agrícola para 28 famílias, induzidas a optarem pelo Reassentamento Rural Coletivo. Para o empreendedor foi uma forma de auxiliar na manutenção de vida das famílias realocadas. Entretanto, em função da origem dos reassentados, gerou-se o estranhamento, pois as famílias eram oriundas das comunidades, lotes ou ilhas do rio Xingu, como pode-se observar no Gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição espacial anterior dos reassentados.

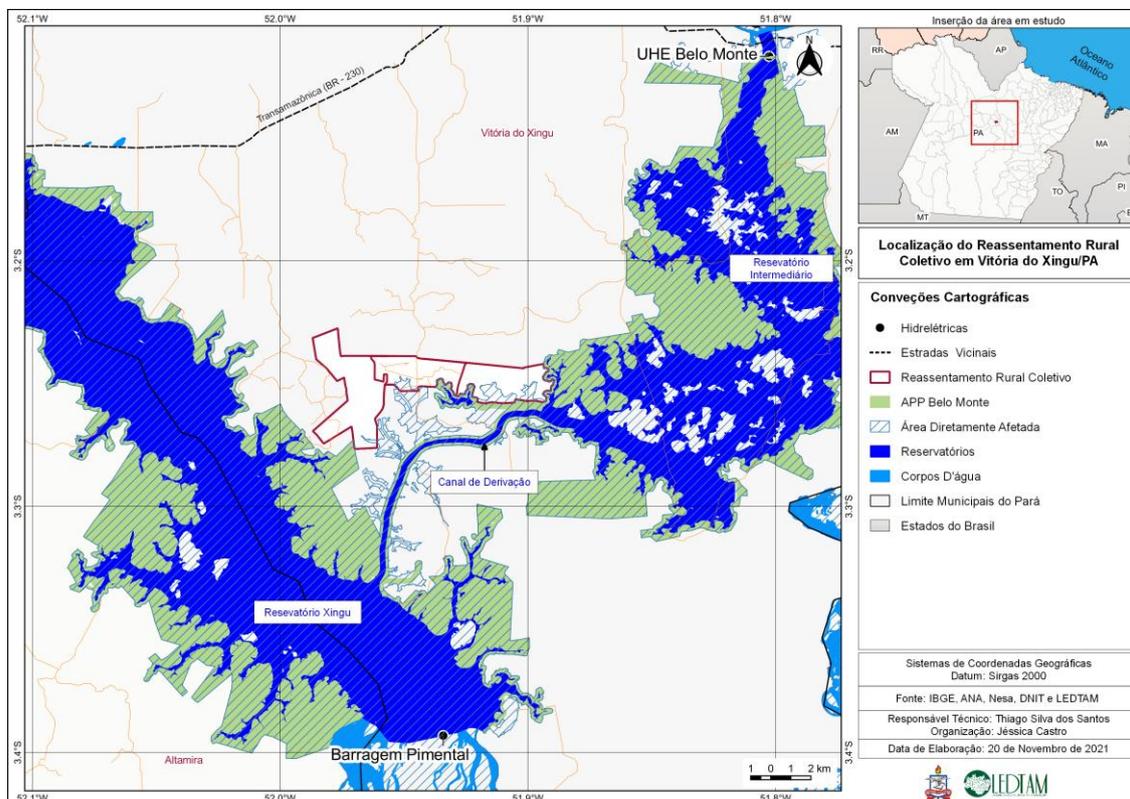


Fonte: Coleta de campo/LEDTAM, 2019.
Org.: Nathany Melo Machado Arcanjo, 2019.

A materialização do RRC km 27 caracteriza um espaço que modifica e redireciona os modos tradicionais de vida dos sujeitos do rio, pois, entende-se que os processos de produção e reprodução espacial necessitam de uma localização, na qual se constitui uma interconexão de acordo com a interação entre as atividades exercidas na localização, e mediante a essa interconexão constitui o espaço e como este vai sendo estruturado, portanto, compreende-se que “[...] os conceitos de localização e espaço derivam da prática social de produção” (DEÁK, 1985, p. 85).

O Reassentamento Rural Coletivo - km 27 está localizado em Vitória do Xingu – PA, conforme disposto na Figura 1 (mapa de localização), consta como um espaço planejado, organizado e estruturado pelos agentes hegemônicos da Norte Energia para os sujeitos pertencentes ao entorno do rio Xingu. Originado exclusivamente a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com o intuito de indenizar as famílias que estavam localizadas, sobremaneira as margens do rio na volta Grande do Xingu.

Figura 1: Mapa de localização do reassentamento rural coletivo no município de Vitória do Xingu no Estado do Pará.



Fonte: Coleta de campo/LEDTAM/NESA, 2021.

Org.: Thiago Silva dos Santos, 2021.

O RRC – km 27, como tem sido chamado entre os moradores, possui vinte e oito (28) unidades agrícolas, um campo de futebol, um barracão comunitário, Áreas de Preservação Permanente e sítios arqueológicos. Como pode-se observar na Tabela 2, a distribuição da área em hectares (ha).

A área do RRC- km 27 tem uma via asfáltica que liga as estruturas da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e duas vias de acesso sem estruturas básicas de pavimentação que permite acesso as duas porções de unidades agrícolas, as quais somam pouco mais de 2,474 mil hectares, do lado esquerdo com 12 unidades e do lado direito as outras 16, isso considerando a via asfáltica ao centro do RRC. Na Figura 2, tem-se a distribuição das unidades de produção, as Áreas de Reserva Legal, juntamente com o posto de fiscalização do IBAMA, uma serraria e uma unidade de produção de

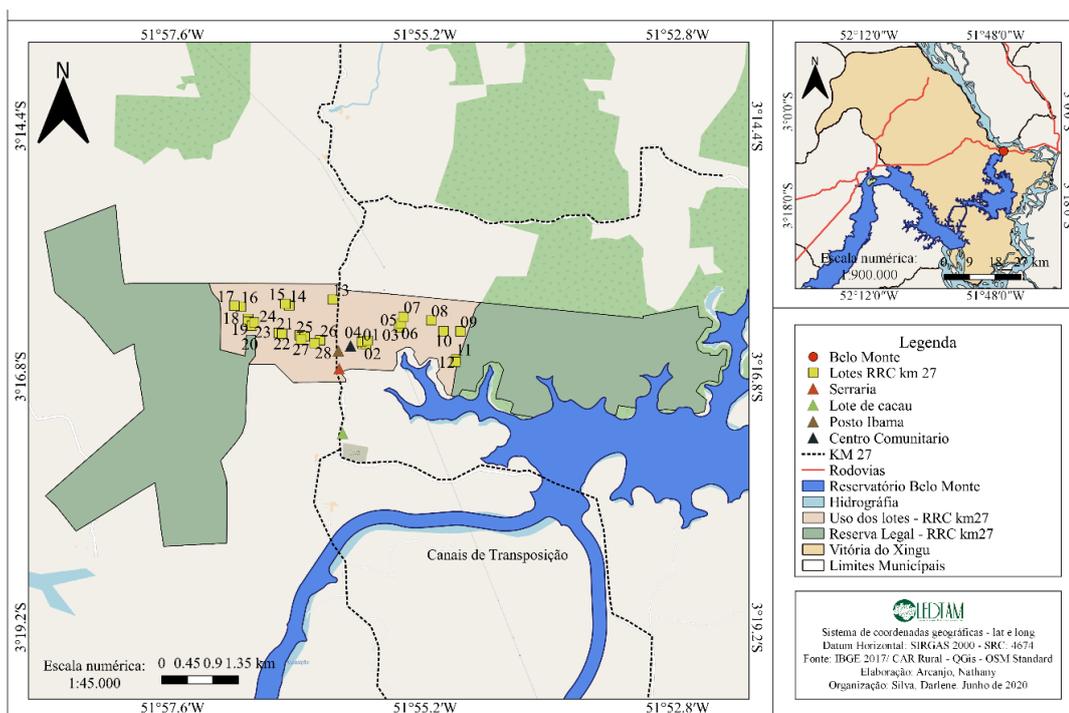
cacau, disponibilizado pela Norte Energia, para auxiliar na manutenção da renda das famílias realocadas.

Tabela 2: Estrutura física do Reassentamento Rural Coletivo – km 27.

ESTRUTURAS	ÁREA (ha)
Área Total do Projeto	2.474,6417
Área de Reserva Legal (ARL)	1.770,6600
Área de Preservação Permanente (APPs)	194,5600
Área dos Lotes (AUAS) – 28 áreas com 15 há cada, aproximadamente.	440,4543
Área do Centro Comunitário	3,0957
Área do IBAMA	3,0200
Área da Serraria	6,5798
Reserva Técnica (Norte Energia)	29,1419
Estradas	4,2300
Sítios Arqueológicos	22,9000

Fonte: Defensoria Pública do Estado do Pará. Plano de Atendimento à População Atingida, 2015.
Org.: Nathany Melo Machado Arcanjo, 2019.

Figura 2: Mapa de espacialização das unidades agrícolas no RRC km 27.



Fonte: LEDTAM/IBGE/CAR-PA/NESA, 2019.
Org.: Nathany Melo Machado Arcanjo, 2019.

Deste modo, o RRC km 27 é visto, inicialmente como um espaço estruturado para os reassentados, contudo, a partir da inserção das famílias reassentadas tem-se a produção do espaço dadas as relações estabelecidas pelos próprios reassentados, mediada por seus anseios, suas interações culturais e possibilidades (tentativas) produtivas, sobre isso que se discorre a seguir, essa tentativa de produção do espaço pelos reassentados.

Produção espacial do Reassentamento Rural Coletivo km 27

As famílias receberam, cada uma delas, um lote com 75 hectares (ha), sendo 15ha destinado a produção agrícola de interesse das famílias e os demais 60ha, destinados a reserva legal, não podendo ser utilizada pelos reassentados. Cada lote é composto por uma casa (Figura 3) e infraestrutura básica: rede elétrica, fossa séptica e poço artesiano. No que diz respeito ao sistema produtivo, cada lote foi contemplado com implantação de estrutura para a produção agrícola como estufas para mudas de cacau (e outras mudas) e galinheiros ou tanques para criação de peixes, sendo necessário que os reassentados escolhessem entre galinheiro ou tanque, pois apenas um poderia ser construído no lote.

Figura 3: Casa padronizada do Reassentamento Rural Coletivo km 27.



Fonte: Coleta de campo/LEDTAM, 2018.
Org.: David Teixeira Alves, 2018.

Na Figura 3 tem-se a casa padrão construída pelo empreendedor direcionada a todas as famílias reassentadas. No entanto, a percepção que se tem é que melhores condições em estruturas físicas não estão diretamente relacionadas a viver melhor. As famílias, no geral, expressam (em entrevista?) a lembrança dos momentos que estavam a margem do rio, gostavam do rio que “passava” próximo de suas casas, do convívio com a vizinhança, a dinâmica de vida era outra, e abruptamente foi alterada, para uma nova dinâmica espacial que, lentamente, está sendo constituída, pois essas famílias tentam se reencontrar neste novo espaço, aos poucos vão transformando, adaptando e reconstruindo suas antigas características no novo espaço.

Observa-se, nas Figuras 4 e 5, a reprodução das características físicas dos lugares anteriores. A esquerda, na Figura 4, a extensão da casa em madeira, pauta-se no argumento utilizado pela família, que para além do caráter cultural, passa pela necessidade de lugares “mais frescos”, de cômodos mais arejados na casa, ou seja, entendem que as estruturas de madeira dão condições favoráveis devido a temperatura estabelecida no ambiente, buscando reproduzir o lugar de outrora.

Figuras 4 e 5: Casa alterada pelo reassentado, construção de uma área de madeira nos fundos da casa e uma ponte de madeira.



Fonte: Coleta de campo/LEDTAM, 2018.

Org.: David Teixeira Alves, 2018.

Na figura 5 chama-se a atenção para a construção de passarelas feitas de madeira, dada a ausência da necessidade das pranchas no chão para o deslocamento das

peessoas. No entanto, segundo o morador desta residência a construção das pontes é para escaparem de animais peçonhentos, a parti desta colocação, entende-se que eles reproduzem o ambiente de trânsito que tinham nas casas a margem do rio, tendo em vista que em suas moradias anteriores as pontes eram construídas dado os períodos de cheia e alagamento de seus lotes, o que é improvável de ser realizado no RRC-27, dado que este é distante do rio Xingu.

As novas estruturas feitas pelos reassentados são adaptações improvisadas que lhes remetem a suas antigas moradias. Assim como na Figura 6, o intuito do empreendimento foi construir um tanque de peixe para que os reassentados conseguissem desenvolver a pesca para obter minimamente uma fonte de renda. No entanto, para aqueles realocados que tinham um contanto direto com o rio o tanque de peixe passou a ser não só uma fonte de renda, mas também uma forma de ter de volta um pouco das relações do passado. Neste caso, há concordância com Herrera e Santana (2016, p. 254) “A memória é construída por elementos em conjunto e de forma indissociável, pelas pessoas em grupo, em família ou em meio aos amigos, surgindo espontaneamente, nascendo um enredo de situações, dentro de um território, produzindo cultura”.

Figura 6: Tanque de peixe, estabelecido pelo empreendedor



Fonte: Coleta de campo/LEDTAM, 2018.

Org.: David Teixeira Alves, 2018.

A estrutura do tanque apesar de artificializado, permitiu trazer um elemento importante de sua trajetória, do seu modo de vida, por isso, é possível ver em destaque no lago uma embarcação(canoa) que não necessariamente seja útil para este lago, devido suas dimensões, mas, o poder simbólico do ser é maior do que a necessidade de estar, para esta famílias reassentada, ou seja, estar no RRC não significa que tenha apagado de cada sujeito o seu eu anterior.

Assim como o tanque de peixe outras estruturas foram construídas por empresas terceirizadas contratadas pelo empreendedor, para auxiliar na realização das atividades econômicas das famílias reassentadas como as estufas bem como foram disponibilizadas mudas de cacau, pimenta do reino e outras culturas. A seguir é observado na Figura 7, uma estufa com as mudas de cacau e outras culturas no ano de 2017 e a direita, na Figura 8, outra estufa em desuso, no ano de 2018, devido as mais diversas dificuldades relacionadas a manutenção da agricultura familiar.

Figuras 7 e 8: Estufas construídas por uma equipe terceirizada pela Norte Energia.



Fonte: Coleta de campo/LEDTAM, 2017.
Org.: Nathany Melo Machado Arcanjo, 2017.

No intervalo de tempo pequeno (um ano aproximadamente) 12 famílias abandonaram a produção agrícola, principalmente devido as dificuldades em se adaptarem no RRC-27, algumas por não terem experiência diretamente com as práticas agrícolas e outras por não conseguirem organizar suas atividades no que tange o tempo de dedicação, assim não dando a atenção e a intensidade que as atividades necessitam.

Associado à não desenvoltura adequada na agricultura, práticas agrícolas, está a fragilidade do solo no RRC-27, fato este que se tornou outro motivo pelo qual as famílias reassentadas passassem pela dificuldade em permanecer no reassentamento, devido ser uma área antiga de fazenda em que se predominava a pastagem, dificultou-se a implantação das atividades agrícolas.

Dos 16 entrevistados, 87%, relatam que as plantações de cacau morreram antes mesmo de se estabelecerem, a taxa de mortalidade das plantas ocorreu principalmente no período de estiagem, evidenciando a necessidade de implantação de um sistema de irrigação para a sobrevivência das plantações feitas, além de correções necessárias no solo para adaptação da lavoura. As plantações são realizadas nas unidades agrícolas, cada reassentado tenta paulatinamente seguir com suas plantações, mesmo com as dificuldades dado ao solo fragilizado pelas pastagens que antecedem a materialização do RRC – km 27.

Figuras 9 e 10: Produção agrícola dentro da área de pastagem.



Fonte: Coleta de campo/LEDTAM, 2018.
Org.: Nathany Melo Machado Arcanjo, 2018.

O solo do RRC-27, apresenta um histórico de uso intensivo em pastagem indicando que ele é fragilizado fisicamente, para tal afirmação, foi observado, durante as pesquisas de campo um grau significativo de compactação desse solo, demonstrando que este sofreu diversos processos antrópicos, instituindo fatores negativos no estabelecimento de qualquer cultura agrícola. Além disso, fica evidente na fala de alguns reassentados que a terra não é propícia para as atividades agrícolas que foram estimulados a cultivar, como pode ser observado em destaque na fala do entrevistado A (2019).

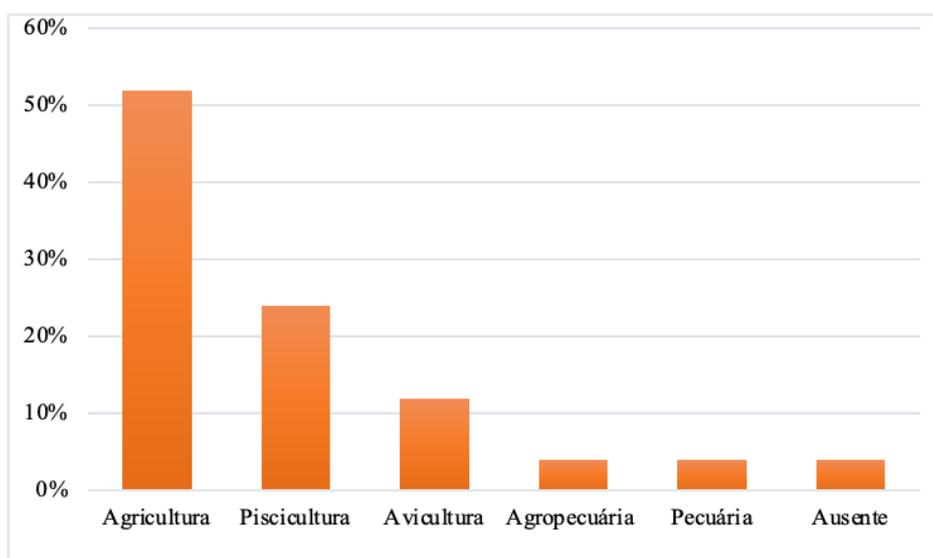
A terra é ruim e mesmo com adubo os pés de cacau morrem, plantei arroz, mas não prestou, nem milho (Entrevistado A, 2019).

A terra é muito seca, as mudas de cacau morrem antes de começar a produzir, falta água, uma irrigação para as plantações, porque a gente planta no inverno, mas quando chega o verão as mudas de cacau morrem (Entrevistado B, 2019).

Para as práticas agrícolas que estes reassentados anseiam realizar no RRC, o solo necessita ser reequilibrado com os fatores físicos (grau de compactação, água etc.) e químicos (matéria orgânica, fertilidade etc.). Evidenciou-se que o reassentamento não possui condições tão favoráveis para a agricultura, o que o torna desfavorável para certas produções agrícolas, principalmente a lavoura cacauzeira, por ser composta por plantas exigentes em nutrientes.

Além disso, 60% dos reassentados não tinha habilidades com agricultura e estão aprendendo a lavrar a terra somente após a chegada no RRC-27, e neste sentido eles assumem, como fez a entrevistada, “os desafios aqui é plantar colher, capinar, roçar é tudo, a gente para se não se mata né” (Entrevistada C, 2019). Atualmente, residem no RRC-27, 16 famílias, essas continuam tentando as práticas agrícolas. Mas relatam muitas dificuldades, principalmente, devido à seca ou ao capim que por vezes disputa espaço com a produção agrícola. No Gráfico 2, apresenta-se as principais atividades realizadas pelas famílias, quando perguntado ao representante da família qual a sua principal atividade, e, foi obtido a seguinte proporcionalidade.

Gráfico 2: Distribuição das atividades realizadas no RRC km 27



Fonte: Coleta de campo/LEDTAM, 2019.
Org.: Nathany Melo Machado Arcanjo, 2019.

Observa-se que pouco mais de 50% das famílias assumem ter agricultura como principal atividade na unidade agrícola, 23%, apesar de terem outras atividades, responderam que a piscicultura é a principal atividade. Essa característica percebida no ano de 2019, resulta dos estímulos dados na chegada das famílias ao reassentamento, pois, nos primeiros anos receberam assistência técnica, da empresa Equilíbrio, terceirizada da Norte Energia, contratada para atuar no projeto de reparação produtiva das famílias.

Essa assistência técnica estava prevista ser ofertada por cinco anos, auxiliando na manutenção da produção agrícola com adubos e veneno para controlar o capim, bem como na manutenção da criação de galinhas e peixes. No entanto, o que os reassentados relatam é que não aconteceu assistência como previsto.

Eles prometeram mundos e fundos e não deram nada, disseram que aqui só ia pagar energia depois de 5 ano, eles disseram que a nossa manutenção ia até 5 anos, o dinheiro por mês, né, que era 900,00 contos por mês, eles disseram que ia, por 5 ano também, energia elétrica por 5 ano, assistente social e um bando de coisa que eles dizia por 5 ano também (Entrevistado D, 2019).

A inconstância da assistência técnica, a falta de políticas públicas e o fato do RRC não ter um solo propício para o desenvolvimento da agricultura, foram elementos que promoveram dificuldades para reassentados em se estabelecerem economicamente, consequentemente anteparou a consolidação de redes sociais no novo espaço.

Falta água, locomoção, falta atenção do poder público, foi difícil a mudança da realidade social. A terra é muito pequena e não tem nem como transformar em pasto para alugar (Entrevistada E, 2019).

Ficou tudo dificultoso, né, é difícil, lá nós tinha quatro, cinco transporte, aqui nós só tem um, e nenhum de nós dois sabe pegar no bicho, lá onde nós morava nós tinha uma balsa, um barco, tinha um rabetinha⁵, qualquer um, até as crianças, sabia pegar e saí pra qualquer canto, na hora que você queria comer uma carne, uma coisa você tinha aqui é difícil, se você não tiver o real você come só o feijão com arroz e se criar só galinha você enjoa (Entrevistada F, 2019).

Os trechos das entrevistas evidenciam que as formas compensatórias, dispostas pela Norte Energia, não foram suficientes para a instalação das famílias, dificultando a reprodução espacial dos reassentados no RRC. No entanto, as ações tomadas não são suficientes ou tidas como compensatórias de fato.

⁵ Pequeno motor de propulsão que, acoplado na traseira de pequenas embarcações ou barcos, é conduzido manualmente, com a ajuda de um bastão que determina as direções. Fonte: <https://www.dicionario.info/rabeta/>.

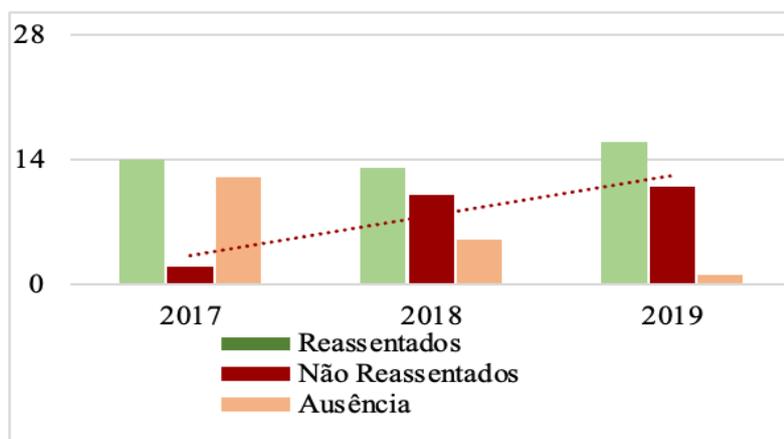
A saída forçada das populações ribeirinhas, promovidas pelas obras de instalação das usinas, é acompanhada por compensações financeiras que se volatilizam em pouco tempo. O processo de reassentamento, seja ele rural ou urbano, rompe com as tradições culturais, o elo familiar e não assegura a manutenção das condições anteriores de vida (PEREIRA; COSTA; SOUZA; 2010, p. 197).

Para estes reassentados construir novos laços em um espaço que não os condicionem aos modos de vida anterior, ocasionou dificuldades em se adaptarem ou criarem estratégias para produzir o espaço do RRC-27, influenciando diretamente na permanência dos reassentados, fazendo com que 39% deles se retirassem do RRC e procurassem condições distintas na cidade de Altamira.

O abandono por parte dessas famílias favoreceu a criação de outra categoria de moradores no RRC, os não-reassentados. Trata-se de famílias que já possuem certa tradição com práticas agrícolas principalmente agropastoril. Os novos moradores foram comprando as unidades agrícolas desprezadas pelas famílias reassentadas que não tiveram condições de se estabelecerem no RRC. Essa condição tem alterado a organização espacial estabelecida inicialmente no RRC-27, ou pelo menos, com perspectivas de consolidação, práticas mais harmoniosas com os recursos naturais, pois são inerentes a cultura das famílias oriundas do rio.

A seguir, no Gráfico 3, tem-se a representação da saída dos reassentados entre os anos 2017 e 2019 e notadamente observa-se uma tendência crescente, chegando em 2019, ao número acumulado, de 11 famílias terem abandonado o reassentamento.

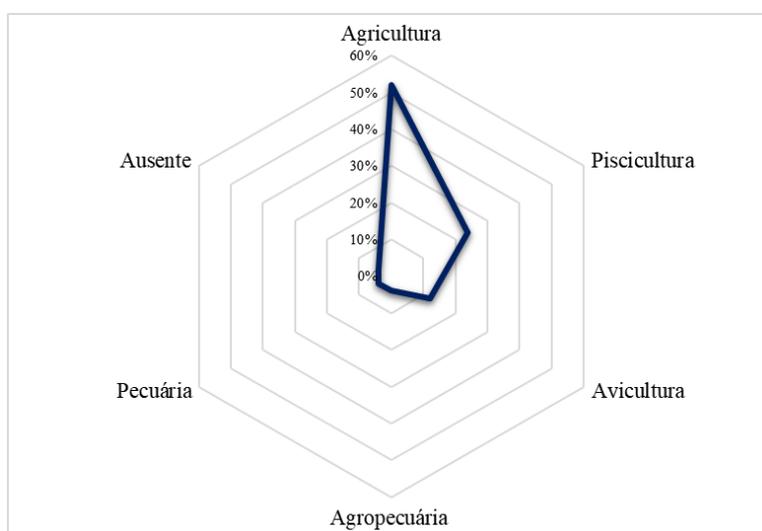
Gráfico 3: Representação da saída dos reassentados de 2017 a 2019.



Fonte: Coleta de campo/LEDTAM, 2019.
Org.: Nathany Melo Machado Arcanjo, 2019.

As relações com os antigos modos de vida somados a outros fatores como a falta de posto de saúde, escola e melhor acesso a cidade, explicam a evasão de 11 famílias do RRC-27. Bem como a relação com rio em alguns casos, onde os reassentados venderam seus lotes para tentar voltar para próximo do rio. No Gráfico 4, a seguir, demonstra que 74% das famílias que foram entrevistadas no decorrer da pesquisa, entre 2017 e 2019, tinham uma relação com o rio, prioritariamente a prática da pesca, seja para consumo ou para fins financeiros, mediante a venda do pescado na cidade de Altamira.

Gráfico 4: Dinâmica da pesca no território anterior.



Fonte: Coleta de campo/LEDTAM, 2019.
Org.: Nathany Melo Machado Arcanjo, 2019.

O planejamento do RRC-km 27, estabelecido pelo empreendimento, desconsiderou os antigos modos de vidas das famílias. Caracterizando a dificuldade para essas se estabelecerem no reassentamento e aos novos modos de vida. 95 % das famílias tinham uma relação incipiente com a produção agrícola, faziam principalmente o plantio de mandioca para produção de farinha, como dito, a pesca, o extrativismo, traços dos modos de vidas típicos de ribeirinhos da Amazônia eram predominantes entre as famílias, mesmo entre aquelas que resistem no RRC e tentam a cada ano melhores caminhos de adaptação, a ausência destas atividades são pontos negativos na consolidação deste novo espaço.

Ao serem questionados se sentem saudades do rio e do antigo espaço, 95% dos entrevistados, respondem que sim. No entanto, quando indagados se voltariam para o

local anterior a resposta na maioria das vezes é “não” pois no RRC eles possuem um pedaço de “chão” e neste sentido, fala mais alto o direito de posse, pois são sabedores que nas ilhas ou as margens do rio não teriam o direito aos documentos que comprovem sua posse.

Me deixou saudades de comer ovos de tracajá, pacu gordo... Saudades de andar de barco, pescar só para comer mesmo. Eu ainda tenho vontade de ter minhas coisinhas, meu barco, meu motor, passear no rio, pescar, tomar banho, pegar uma praia (Entrevistado: G, 2017).

O que não tem aqui é um rio pra nós banhar, a não ser aquelas pontezinhas que vocês viram ali, mas... Hoje nós não tem, sabe o que que é, a mudança? ... aqui ... não tem aqui é um igarapé pra cada pessoa, igual nós tinha uma barragemzona lá e aqui nós não tem” (Entrevistado: H, 2017).

Sinto saudades do rio, de pescar e tomar banho, mas não voltaria, pra lá, porque aqui a terra é minha. E lá eu dividia a terra que era da minha irmã. (Entrevistado: I, 2019).

Nota-se que para os que ainda permanecem no reassentamento, ficam pela segurança de terem “um pedaço de chão”, evidente que fica marcado o fato de terem sido deslocado compulsoriamente, escutar que o lugar não era deles, que estavam em terras de propriedade pública e que estariam recebendo pelas benfeitorias realizadas. De modo contraditório, estabelece-se o principal argumento de permanência das 16 famílias que persistem em suas unidades agrícolas, soma-se a este argumento, outros fatores diagnosticados nas entrevistas, como: a esperança de dias melhores; avanços na produção agrícola; e acréscimo na renda agrícola. Mas, sem dúvida, os reassentados permanecem pela expressão “eu tenho uma terra para chamar de minha”.

Após cinco anos de residência no RRC - km 27 as famílias que permanecem passam a se acostumar com o novo espaço criado para eles, a ponto de começarem a darem nomes aos seus lotes - “Pai e Filho”, “Sitio Dois Irmãos”, “Sitio Nova Vida”, “Boa Esperança” - na tentativa de fortalecer as relações com o espaço. Há uma ligação no RRC entre o espaço-tempo-homem, na qual pode-se compreender as relações espaciais e as contradições que se estabelecem nesse espaço. As condições do espaço do RRC-27 são apenas uma das formas que o meio, imprime, causando a forma como este espaço ainda está sendo reorganizado e reconfigurado pelos reassentados e mais recentemente com a presenças dos reassentados que acabam interagindo e proporcionando momentos de mais estabilidades para os menos adaptados.

Considerações finais

Ao abordar sobre as inserções de grandes obras na Amazônia atenta-se para a interferência geradas nas relações dos sujeitos do local, modificando seus distintos e tradicionais modos de vida. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte causou diversos impactos ambientais e sociais nas suas áreas de influência, principalmente no que diz respeito às problemáticas para as comunidades tradicionais, habitantes da floresta e do entorno do rio Xingu, ribeirinhos, pequenos extrativistas, meeiros e outros habitantes destas áreas.

O deslocamento compulsório gerado pela UHE Belo Monte transformou as dinâmicas espaciais e produtivas do sujeito local. O RRC-27 foi planejado com o intuito de fornecer condições equivalentes ou melhores àquelas que possuíam antes da implantação da barragem. No entanto, a inexperiência com o manejo da terra, as antigas relações advindas do rio e a inconstância da assistência técnica oferecida aos reassentados, prejudicou o desenvolvimento das famílias, no que tange, a tentativa de recomposição dos meios de produção e modos de vidas desses sujeitos.

As famílias que moravam nas margens do rio tinham uma dinâmica espacial diretamente interligada ao Xingu, desde atividades pesqueiras para o consumo, para manutenção de sua renda financeira ou simplesmente para atividades relacionadas ao lazer. Ao serem reassentadas no Reassentamento Rural coletivo km 27 (RRC-27), estas famílias passam a lidar com novas dinâmicas espaciais, distintas das dinâmicas anteriores as quais estavam habituadas, as intrínsecas ao cotidiano do sujeito ribeirinho.

Sobrevindo a buscarem por novas formas de se organizarem, novas estratégias, novas técnicas e meios de produção para permanecerem no RRC. No entanto, as novas relações impostas não apagam a identidade anterior dos reassentados, que se forçam a continuar morando no RRC e buscar condição de vida melhor, na esperança e melhorar as relações espaciais possíveis no novo espaço.

Portanto, a discussão sobre o deslocamento compulsório gerado pela construção da UHE Belo Monte faz-se necessário para a confrontação das expectativas pensadas pelos agentes hegemônicos com a realidade enfrentada pelas famílias reassentadas. Evidenciando que os modos de vida tradicionais dos sujeitos do rio não foram considerados em função dos objetivos exógenos, primando pelo modelo compensatório

pautado no desenvolvimento exógeno, que não condiz com a realidade amazônica, e por isso, afeta diretamente os costumes e os hábitos tradicionais. A inserção da UHE Belo Monte no território deveria primar e apresentar estratégias para famílias que assemelhassem as dinâmicas anteriormente vividas pelas famílias.

Pelo menos ter planejado o deslocamento que mais se aproximasse dos espaços anteriores, facilitando um pouco mais as dinâmicas para permanência e organização do modo de vida das famílias diretamente atingidas pela construção desse grande projeto energético.

As famílias que se identificam e querem permanecer no RRC-27 criam estratégias na tentativa de construir um laço de pertencimento, buscando reproduzir os seus modos de vida, mesmo que distantes do rio. É visível que a posse da terra, enquanto seu valor financeiro, e a esperança de dias melhores condicionam a permanência dessas 16 famílias no RRC, diferente daqueles que não tiveram motivos suficientes para permanecer, vendendo assim os lotes, seja pela busca das condições semelhantes as que possuíam antes ou na tentativa de sobrevivência nas áreas periféricas da cidade de Altamira, isso pois, apesar de não ser uma área rural, de certo modo permite o uso do rio como alternativa de renda e lazer.

Para aqueles que ficaram o espaço do RRC passa a ser não somente um espaço produzido e imposto a eles pelos agentes externos, mas como uma possibilidade de se estabelecerem relações que tem permitido redefinir a estruturação social, fazendo novas as articulações e pautando processos que permitem a produção deste e neste espaço.

Referências

CANTO, O. **Várzeas e Varzeiros da Amazônia**. Belém: MPEG, 2007

CHAVES, K. A.; MONZONI, M.; ARTUSO, L. F. UHE Belo Monte: reassentamentos rurais, participação social e direito à moradia adequada. **Revista Direito GV**, São Paulo, V. 15, n. 2, p. 01-27, 2019.

DEÁK, C. Localização e espaço. In: DEÁK, C. **Rent theory and the price of urban land: spatial organization in a capitalist economy**. PhD Thesis, University of Cambridge, 1985. Capítulo 4.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ. Plano de Atendimento à População Atingida. 4.1.2 Programa de Negociação e Aquisição de Terras e Benfeitorias na Área Rural 4.1.3. Projeto de Reassentamento Rural. Disponível em: <<http://www2.defensoria.pa.def.br/portal/anexos/File/BeloMonte/PBA/Volume%20II%20-%20Item%2004/VOL%20II%20-%204%20-%20plano%20atend%20pop%20atingida.pdf>> Acesso em: 20 out. 2018.

FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia:** impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015. v. 2: il. ISBN: 978-85-211-0143-7 (impresso), ISBN: 978-85-211-0151-2 (on-line).

FERREIRA, M. L. F. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. **Revista Raízes**, Ano XVIII n. 20, novembro/1999 p. 33 – 40.

FONSECA, I. F. da. **A construção de grandes barragens no Brasil, na China e na Índia:** similitudes e peculiaridades dos processos de licenciamento ambiental em países emergentes. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro, agosto de 2013.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia:** encruzilhadas civilizatórias: tensões territoriais em curso. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. ISBN 978-85-69437-20-8

HERRERA, J. A.; SANTANA, N. C. Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 250-266, 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geosp/issue/view/6465>> DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>.

HERRERA, J. A. MOREIRA, R. P.; BEZERRA, T. S. L. A amazônia: expansão do capital e apropriação dos recursos naturais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. • G&DR • v. 12, n. 2, p. 208-227, mai-ago/2016, Taubaté, SP, Brasil.

HERRERA, J. A. A estrangeirização de terras na Amazônia legal brasileira entre os anos 2003 e 2014. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição especial, p. 136-164, jun. 2016

HERRERA, J. A. Desenvolvimento capitalista e a produção do espaço agrário amazônico. **Geosul, Florianópolis**, v. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 473-499, abril. 2019. <http://doi.org/10.5007/1982-153.2019v34n71p473>.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. **Parecer técnico completo do Ibama – PARECER n.º 02001.003622/2015-08.** Origem: COHID/IBAMA. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/pt_3622_2015_-_analise_da_solicitacao_de_lo_-_anexo.pdf> Acesso em: 02 dez. 2019.

MAGALHÃES, M. das G. S. D. Políticas Governamentais para a Amazônia Brasileira-1964/1985. **Textos e Debates**, v. 1, n. 7, p. 10-21, 2012.

MARGARIT, E. **Fronteira agrícola na Amazônia: capitalismo e circuitos produtivos**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos)

NORTE ENERGIA. **7º Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes**. Brasília, fev. 2015.

NORTE ENERGIA. **11º Relatório Final Consolidado de Andamento do PBA e do Atendimento de Condicionantes**. Brasília, fev. 2017.

NORTE ENERGIA. **Apresentação Ministério público do Estado do Pará**. 2015. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/MinistErio%20Publico%20do%20Estado%20do%20ParA-ApresentaCAo%20dia%2014Agosto2015-Final.pdf>> Acesso em: 19 fev. 2018.

PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da.; SOUZA, E. B. C. de. (Orgs). Teorias e práticas territoriais: análises espaços – temporais. 1. ed. São Paulo: **Expressão Popular**, 2010. Plano Plurianual. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br> . Acesso em: 23 de nov. 2022.

ROCHA, H. J. da. O controle do espaço tempo nos processos de instalação de hidrelétricas. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, jun. 2014, v. 26, n.1, p. 259-280.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. Reimpressão. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos 1).

SANTOS, M. et al. **Território, Territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial** – Rio de Janeiro: Lamparina, 2011 3. Ed. ISBN 978- 8598271-42-2.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. Coleção Milton Santos.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. 1 ed., 2. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. ISBN 978-85-314-0882-3.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5. ed., 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. ISBN 978-85-314-1085-7.

SOUZA, C. M. de. **Memórias da ditadura nas memórias da Transamazônica (1970-1990)**. Universidade Federal do Pará https://seminariomemoria-trauma-reparacao.weebly.com/uploads/1/4/8/8/14881944/souza_csar_martins.pdf. Acesso em: 3 de jul. 2018.

UHE BELO MONTE. Secretaria de Comunicação Social/PR. **Perguntas e Respostas**. http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/faq_belomonte_182.pdf. Acesso em: mar. 2019.

Recebido em 13/06/2022. Aceito para publicação em 09/11/2022.
--